



ENTREVISTA COM O PROFESSOR MARCOS ANTONIO LORIERI¹

Patrícia Del Nero Velasco (Universidade Federal do ABC)

Guilherme Szymanski Ribeiro Gomes (Centro Universitário Belas Artes de São Paulo)

Patrícia e Guilherme: Marcos, embora as questões de políticas públicas para o Ensino Médio sejam urgentes, esta entrevista pretende também ser uma homenagem a você, pelas suas contribuições para a área de Ensino de Filosofia. Gostaria de começar, portanto, pedindo para você contar, ainda que brevemente, sobre sua formação e sua trajetória como professor e pesquisador.

Marcos: Em primeiro lugar, agradeço o convite da *Revista Digital de Ensino de Filosofia* (Universidade Federal de Santa Maria) que é uma ótima novidade no espaço das discussões que temos tido a respeito do Ensino de Filosofia. Parabéns à Equipe e, em especial, à Elisete Tomazetti. Sinto-me honrado com este convite e com o fato de esta entrevista ter o caráter de homenagem pelo que fiz em minha carreira de professor de Filosofia e de estudos relativos a este ensino. Não foi muito, como desejaria, mas foi feito algo que, espero, tenha contribuído para que muitas pessoas sintam a necessidade da Filosofia em sua formação e na de seus filhos e de seus alunos.

¹ Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1968), Mestrado em Educação (Filosofia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1982) e Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). Foi professor associado na PUCSP de 1974 a 2006. Atualmente é professor titular no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, filosofia, educação para o pensar, filosofia da educação e ensino de filosofia.

Minha formação na área teve início em um seminário católico no qual, já no Ensino Médio, as aulas de Filosofia chamavam minha atenção. Isso teve continuidade no curso de Filosofia seminarístico que, ao mesmo tempo, foi unido ao curso de Filosofia na Faculdade D. Bosco de São João Del Rei (MG). Hoje, o local desta faculdade e do seminário é ocupado pela Universidade Federal de São João Del Rei. As pessoas perguntam: por que você se interessou por Filosofia? Na verdade, meu interesse foi um interesse "preguiçoso", pois o orientador de estudos do seminário nos avisou que teríamos que cursar uma faculdade para podermos atuar como professores. Naquele momento, perguntei se, ao participar de outros cursos, teríamos que também cursar Filosofia. A resposta foi que sim. E, emendou: o curso de Filosofia na Faculdade é o mesmo que o curso do seminário. Foi, então, que me decidi pelo curso de Filosofia, pois, pensei comigo mesmos, eu precisava de tempo para, também, jogar bola, cuidar das abelhas, envolver-me com o teatro etc. A vida me fez escolher o curso de Filosofia. E eu gostei muito.

Terminado o curso de Bacharelado em Filosofia, trabalhei em escolas da rede salesiana como professor de História por três anos. Em seguida me desliguei dos estudos seminarísticos e fixei residência em São Paulo, onde comecei – efetivamente - a lecionar Filosofia no Ensino Médio. Por exigência legal, tive que buscar formação em Licenciatura. Fui acolhido na Faculdade de Filosofia da USP pelo professor Oswaldo Porchat Pereira, em 1965, que me aconselhou a cursar, além das disciplinas da Licenciatura, várias outras do currículo do curso de Bacharelado da USP, pois minha formação seminarística em Filosofia tinha um nítido direcionamento pelos caminhos da Escolástica. Foi uma boa formação, por certo, mas limitada a uma perspectiva filosófica. Aceitei de bom grado e foi muito bom ter tido oportunidade de alargar minha formação com algumas novas perspectivas. Fiquei na USP três anos e meio e saí com o título de Licenciado. Era o período da ditadura militar (que não volte nunca mais), foi o ano de 1968 com a invasão do prédio da Rua Maria Antônia (em São Paulo) e terminei os estudos já nos "barracões" da FFLCH na Cidade Universitária. Ao mesmo tempo, neste período, lecionava História e Francês em escolas públicas da periferia de Guarulhos e Filosofia e História em uma escola

particular em São Paulo. Em 1967 e parte de 1968 lecionei Filosofia, por indicação da Cadeira de Prática de Ensino de Filosofia, no Colégio de Aplicação da USP que funcionava, à época, em local próximo à Praça Marechal Deodoro. Em 1968, eu me mudei para Ribeirão Pires (SP). Havia muitas aulas de Filosofia no Ensino Médio. No período da ditadura, as aulas de Filosofia não foram proibidas, mas as escolas eram “dissuadidas” de ter Filosofia. Nesta cidade da Grande São Paulo, havia uma tradição de aulas de Filosofia. Um bom grupo de professores fazia certa resistência ao regime militar, por exemplo, com encenação de peças de teatro ou exibição de filmes no cinema da cidade, seguidos de debates coordenados por professores de Sociologia, História e Filosofia. Trabalhávamos motivados e a Filosofia aparecia com muita força nesse processo de resistir à ditadura. Eu tinha três aulas por semana nos três anos do antigo curso clássico. Foi uma experiência muito rica com os jovens.

Em 1973 prestei concurso para ser diretor de escola em São Paulo, voltei para esta cidade e ingressei no mestrado em Filosofia da Educação na PUC-SP. Em 1974 fui convidado para participar de um processo seletivo nesta mesma Universidade. Fui aprovado e aí lecionei Filosofia da Educação por 33 anos e, de 1980 a 2006, lecionei, também, a disciplina Prática de Ensino de Filosofia para os alunos do curso de Filosofia. Foi muito interessante porque me obrigou a repensar a minha própria prática como professor de Filosofia. As coisas mudaram muito nessa trajetória, mas nunca deixei de seguir um roteiro que acho importante: casar as temáticas filosóficas com a História da Filosofia. Não gosto muito do uso da expressão “história da filosofia” para indicar a utilização de textos de filósofos em aulas de Filosofia. Penso que História da Filosofia consiste em apresentar, em certa ordem cronológica, as produções do pensamento filosófico, agrupando-as em tendências e oferecendo comentários “críticos” a essas produções a partir de certas perspectivas teóricas. Esta “história” (ou estas histórias) podem ou não apresentar citações de textos dos diversos filósofos. Vejam-se exemplos de Histórias da Filosofia de Brehier, Châtelet, Reale, Abbagnano, Padovani e Castagnola etc. Há, em cada um deles, “certa leitura” da produção filosófica relatada. Até mesmo a

seleção dos pensadores apresentados sofre influências das perspectivas dos autores destas histórias e até de suas nacionalidades. Em minhas aulas, trabalho com temáticas associadas à utilização de textos de filósofos que delas trataram. Busco, obviamente, situar estes filósofos que “escolho”, no contexto histórico no qual produziram suas ideias.

Voltando à minha trajetória. De 2003 até hoje trabalho na Pós-Graduação em Educação da UNINOVE (São Paulo) onde, além de pesquisas na área da Filosofia da Educação (incluindo, aí, pesquisas sobre ensino de filosofia), leciono a disciplina Educação e Filosofia (incluída no currículo por força da convicção de que é fundamental na formação de todo educador) e oriento mestrandos e doutorandos. Como resultados de minhas pesquisas, publiquei artigos, dois pequenos livros e organizei algumas coletâneas. Dentre as coletâneas, destaco a última: “O papel formativo da filosofia” (São Paulo: Paco Editora, 2016, juntamente com Antônio Joaquim Severino e Sílvio Gallo) que traz textos apresentados no 4º Congresso da SOFELP (Sociedade de Filosofia da Educação de Língua Portuguesa) realizado na UNICAMP em 2015.

Minha vida profissional, um pouco, foi isso. Um pouco não, foi tudo isso. Ou, só isso. É uma vida de uma nota só: Filosofia, Filosofia, Filosofia... até hoje. Tenho gostado muito, mas muito mesmo, do que tenho feito em minha vida de educador profissional, na qual o cerne tem sido o “ser professor”.

Patrícia e Guilherme: Tanto em suas aulas quanto em suas pesquisas e comunicações, a discussão sobre o valor formativo da Filosofia está sempre presente. A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (conversão da Medida Provisória 746/16) parece ignorar solenemente esta discussão ou, sob outra possibilidade interpretativa, assume que a Filosofia teria este valor somente no diálogo com as ciências humanas e sociais aplicadas e para aqueles que optarem por este itinerário formativo. Há alguma ação acadêmica ou política que a comunidade filosófica poderia realizar para mudar este quadro? O que dizer aos nossos licenciandos sobre a futura prática docente?

Marcos: A dissuasão provocada pelo movimento da ditadura com relação à

disciplina Filosofia acabou provocando grande esvaziamento. As escolas públicas que resistiram (conheço a realidade do estado de SP, pois era diretor nesse período) foram aquelas nas quais havia professores concursados na área e que não podiam, ou não deveriam, ficar sem aulas. Era uma medida prática. Nesse período de diminuição de aulas de Filosofia (chegando à quase extinção da disciplina nas escolas particulares), os poucos cursos de Filosofia se esvaziaram de alunos. Isso porque uma das motivações para os jovens era cursar Filosofia pensando no mercado de trabalho, isto é, em lecionar no Ensino Médio. Não existindo aulas nas escolas para os jovens ao menos iniciarem uma carreira, o interesse pelo curso de Filosofia tende a desaparecer. Tanto assim é, que com a recomendação da presença da disciplina nas escolas de São Paulo, na década de 1990, e sua obrigatoriedade, para todo o País, nos anos 2000, esse cenário mudou e a procura pelas Licenciaturas voltou a ocorrer.

Infelizmente esse cenário pode ser revertido com a nova legislação para o Ensino Médio. Com a Filosofia podendo apenas aparecer “quase pendurada” a algum “itinerário formativo” previsto nesta nova legislação, poderá ocorrer de novo, nos jovens, a falta de interesse pelos cursos de licenciatura em Filosofia. Daí a dificuldade em relação ao que dizer aos licenciandos sobre o futuro deles. Mesmo a Filosofia estando contemplada na Base Nacional Comum Curricular, não se sabe exatamente como sua inserção será operacionalizada nas propostas curriculares das escolas. Eu tenho a tendência de achar que, de fato, o Ensino Médio precisa de uma reformulação, de um novo foco, pois não atende às necessidades formativas dos jovens que o frequentam. Mas, do modo como essa reformulação foi feita – na forma de um golpe – certamente não é o melhor caminho. Mas tenho esperança que conseguiremos reverter essa situação em próximos governos.

Eu nunca tive dúvidas em relação ao valor formativo da Filosofia e sempre busquei argumentação sólida para defender esta convicção e para poder apresentar esta argumentação aos pais e educadores das escolas. Eles é que devem ser os principais destinatários da informação a respeito deste valor formativo e dos argumentos que o embasam. Nós, da área, conversamos

muito entre nós e pouco com estes destinatários e, menos ainda, com os jovens do Ensino Médio. Penso que uma boa ação acadêmica seja a busca e a sistematização desta argumentação e a sua divulgação junto à sociedade de modo geral. E junto, obviamente, aos licenciandos. Esta é uma das formas de resistência a esta nova legislação e que não é surpresa nos caminhos históricos do desenvolvimento do Liberalismo (gosto sempre de afirmar que ele é tríplice: é econômico, é político e, por necessidade própria, é filosófico) que se objetiva nas relações capitalistas de produção, as quais reverberam fortemente (tenho dúvidas se exclusivamente) na organização política e nas maneiras de pensar, dentre elas, as maneiras filosóficas. Lembrando que estes três aspectos da vida humana caminham em estreita relação entre eles, ou seja, um não pode ser compreendido sem a compreensão do outro. Nossa formação, como cidadãos conscientes e, em especial como educadores, não é nada fácil. Daí o medo de muita gente de que esta formação seja muito bem feita para todos. Penso que essa “reforma do Ensino Médio” tenha a ver com isso pela clara intenção de minimização da formação humanística (Artes - não esquecendo que Literatura está aí incluída -, Filosofia e Ciências Humanas). Muita coisa a se pensar e a se fazer a partir daí.

Patrícia e Guilherme: O texto da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental define dez competências gerais que deverão ser desenvolvidas em todas as disciplinas. Entre elas constam “colaborar com a construção de uma sociedade solidária”, “Exercitar a curiosidade e a análise crítica”, “desenvolver o senso estético” e “exercitar o diálogo e a empatia”. Em algum sentido, competências também almejadas do Programa Filosofia para Crianças, de Lipman, e de outras iniciativas de uma educação filosófica da infância. Você tem uma vasta experiência de trabalho com Filosofia no Ensino Fundamental, seja como gestor, seja como professor ou formador de professores. Ainda acredita que este trabalho seja necessário ou, ao menos, possível? Há como se trabalhar conteúdos e competências filosóficos sem o espaço disciplinar para a Filosofia? Que outros caminhos são viáveis, seja na escola seja nos cursos de formação de professores, para que se efetive o pretendido exercício filosófico na Educação Básica?

Marcos: Gostei da expressão “pretendido exercício filosófico na Educação Básica”. O “perigo”, para muita gente, está aí: no aprendizado do exercício filosófico. Pessoas que filosofam bem podem incomodar muito as “acomodações” institucionalizadas que, assim foram organizadas, de acordo com certos interesses. As pessoas que filosofam bem questionam as “acomodações”, sejam elas quais forem, porque se perguntam e perguntam aos outros o que elas significam, por que aí estão e a quem servem. É muito melhor, para os sistemas já “acomodados” (lembrando que, dados os movimentos implacáveis da história, estas “acomodações” devem ser sempre reajustadas, mas “por eles”), que não ocorram perguntas como as mencionadas e que os seus “líderes” as façam e as respondam para que as respostas orientem as “reacomodações” de acordo com seus interesses.

Há uma convicção de que a Filosofia faz bem. E a formação filosófica faz bem porque responde às necessidades das pessoas. As pessoas se põem questões para as quais a Filosofia oferece alguma resposta, ou melhor, múltiplas respostas que ficam em debate no palco da história. Eu sempre digo, em aulas, que quem inventou a Filosofia não foi o filósofo, mas o ser humano. O trato com as questões que denominamos, hoje, de filosóficas acaba provocando o exercício específico por parte de algumas pessoas que se dedicam a isso. Acho que foi assim que surgiram os tais filósofos – que tinham tempo para pensar e repensar essas perguntas. O perigo da não formação filosófica é que as pessoas que não a têm poderão internalizar alguma filosofia na forma de ideologia, sem perceber que estão sendo manipuladas. Com relação às crianças, é importante ter claro que é desde suas vivências familiares que elas recebem e internalizam “respostas prontas” às questões de cunho filosófico. Elas não filosofam no sentido acadêmico do termo; filosofam, sim, porque têm perguntas que são próprias da Filosofia. Se recebem respostas “prontas” e se satisfazem com elas, cessam, aos poucos, suas perguntas. Quando, pelo contrário, podem dialogar de alguma maneira reflexiva e crítica, podem alimentar essa “perguntação” até alimentar um início de reflexão inquisitiva na busca das respostas. Isso, alimentado intencionalmente na educação formal, pode ajudar na formação de crianças que se tornarão

jovens e depois adultos com um aparato reflexivo e crítico um pouco mais bem elaborado do que se isso não houvesse.

O *Programa Filosofia para Crianças - Educação para o pensar*, criado por Matthew Lipman e na forma como nosso grupo o entendeu, propõe iniciar crianças e jovens, o mais cedo possível, no exercício do filosofar já no Ensino Fundamental. Defendo, caso haja espaços nas “grades” curriculares do Ensino Fundamental, que se denomine esta disciplina não como “filosofia”, mas como “iniciação filosófica”. Esta iniciação, assim como qualquer “exercício filosófico”, não dispensa o diálogo dos iniciantes - e dos já mais exercitados - com o pensamento consolidado dos denominados “grandes filósofos”, reconhecidos como tais, ao longo da história do pensamento humano. Para quem não conhece, vale a pena conhecer as “novelas filosóficas” de Lipman, seus livros, as produções brasileiras e sul-americanas nesta área e, dentre elas, as muitas dissertações e teses que esta proposta provocou para que fossem produzidas. Desnecessário dizer que a leitura e análise destas produções devem merecer um rigoroso distanciamento crítico que, infelizmente, nem sempre está presente nelas (assim como em outras produções relativas a outras propostas). Eu queria muito ainda ter algum orientando – mais um pouco eu chego aos 80 e talvez não dê tempo de fazer essa tarefa – que queira fazer comigo um estado da arte de tudo que foi produzido em termos de dissertações e teses sobre Filosofia com/para Crianças. E levantar os dados das prefeituras que adotam, no Ensino Fundamental, a Filosofia como disciplina obrigatória.

Patrícia e Guilherme: Você pesquisa o Ensino de Filosofia e a Filosofia da Educação como problemas filosóficos há, no mínimo, três décadas. Julga, a partir de sua experiência e de sua pesquisa intitulada “Situação da Produção em Filosofia da Educação no Estado de São Paulo” que temos um contingente maior (e mais qualificado?) hoje de pesquisas nessa área? Como vê as iniciativas em termos de pós-graduação? Que expectativas têm, se é que as têm, com relação ao Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), cujas atividades tiveram início neste ano de 2017? Haveria ainda espaço para pesquisas sobre Ensino de Filosofia também nos mestrados acadêmicos?

Marcos: Eu não faço distinção entre Filosofia da Educação e Ensino de Filosofia. Filosofia da Educação não deixa de ser Ensino de Filosofia, mas buscando estabelecer relações mais estreitas dos conteúdos filosóficos com a Educação. O que é a Educação, afinal de contas? É um processo de formação das pessoas. Mesmo pensando no sentido de “colocar na forma”, não deixa de ser formação, pois a educação formal (veja-se a forma novamente) acaba “formatando”, de alguma maneira, os estudantes. Os rebeldes são os que saem da forma e “não dão coisa boa na vida”, afirma-se. Os demais seguirão a linha do que a sociedade espera e do que a escola reproduz, no formato daquilo que julgamos adequado para esta sociedade: que sejam disciplinados; que sejam críticos, mas não tanto etc. A fábrica e o escritório estão esperando isso. A formação é entendida como o processo de oferecer algum tipo de caminho para as novas gerações. Com relação a esta realidade e a este entendimento de formação, a Filosofia da Educação tem que ser capaz de recuperar as produções que a Filosofia já fez ao longo da história e as grandes referências que, de alguma maneira, pautaram as propostas de formação/educação. O ser humano não consegue viver sem alguma referência, ainda que saiba que ela não é “a” verdade ou “a” referência. A educação responde e reflete sobre essas referências. Fazer Filosofia da Educação, assim como fazer Filosofia, em alguma medida, aponta para necessidades semelhantes, tanto na Educação Básica como na Educação Superior: pensar e repensar criticamente a partir das questões fundamentais que os humanos sempre se colocam e fazer o mesmo em relação às respostas já dadas a essas questões e que estão presentes no contexto sociocultural no qual as pessoas vivem. E por isso que não faço distinção entre Ensino de Filosofia em geral e ensino de Filosofia da Educação.

Meus estudos (nem sempre pesquisas sistemáticas) e algumas pesquisas (estudos mais sistemáticos) sofrem de limitações pessoais e resultantes de condições nem sempre favoráveis (por exemplo, é mínimo o apoio institucional às pesquisas na área das Ciências Humanas e, menor ainda, para pesquisas na área da Filosofia). A pesquisa mencionada na pergunta feita ainda padece da falta de uma análise mais rigorosa dos dados colhidos e merece

uma continuidade para verificação a respeito desta produção nos últimos 5 anos. Mas posso dizer que foi interessante verificar que, dentre 264 produções identificadas na área da Filosofia da Educação (90 teses, 92 dissertações, 63 livros e 19 artigos), um bom número de teses e de dissertações versaram sobre o Ensino de Filosofia. Lembro-me do número: 36, quase 20% do total das teses e dissertações. Tem havido um crescente número de pesquisas relativas ao ensino da Filosofia ou ao ensino da Filosofia da Educação. Isso mostra que os cursos de Pós-Graduação têm acolhido pesquisas na área, em que pese a diminuição desses cursos com grupos de pesquisa na mesma.

Em boa hora temos os Mestrados Profissionais em Filosofia que alimentarão, por certo, a produção de mais pesquisas e demais indicações a respeito de como trabalhar com o “exercício filosófico”, seja no Ensino Fundamental, seja no Ensino Médio, seja ainda nos diversos cursos de graduação que mantêm a disciplina Introdução à Filosofia. E, por que não, incentivar pesquisas no campo do ensino de Filosofia da Educação? Ainda que dispondo cada vez de menor espaço nos currículos e, mesmo assim, muitas vezes, oferecida em EAD, a presença da disciplina Filosofia da Educação está presente nos cursos de Pedagogia e em vários cursos de Licenciatura.

Patrícia e Guilherme: Seus livros “Filosofia: fundamentos e métodos” e “Filosofia na escola: o prazer da reflexão” (com Terezinha Rios) são referências de muitos concursos docentes e disciplinas de cursos de licenciatura. Qual a sua avaliação dessa repercussão? O primeiro deles, embora seja um livro destinado à Filosofia no Ensino Fundamental, como reiterado na contracapa, parece imprescindível ao professor de Filosofia de qualquer nível de ensino. Você concorda com essa afirmação? Há algo que deveria ser comum à formação do professor de filosofia, independentemente no nível de ensino em que irá atuar?

Marcos: Esse livro foi uma surpresa para mim. E é interessante encontrá-lo nas mãos de professores nos diversos encontros de que participo. As ideias que coloco na primeira, segunda e terceira partes são comuns a toda discussões

sobre Ensino de Filosofia. As grandes áreas referentes às questões fundamentais da Filosofia, por exemplo, são parte constituinte dos cursos de graduação. É um livro muito calcado na minha prática. E não posso e nem devo dizer que ele seja imprescindível para a formação do professor de Filosofia. O que julgo imprescindível é que estudos a respeito deste ensino sejam feitos, cada vez com maior profundidade. Primeiro para mostrar o que se entende pelo “exercício do filosofar” e como ele deve ou pode ocorrer na Educação Básica. Em segundo lugar, para buscar, insistentemente, bons argumentos que comprovem, de alguma maneira, a necessidade deste “exercício do filosofar”, necessidade esta da qual decorre sua importância formativa. Em terceiro lugar, para mostrar bons caminhos de como fazer ocorrer, na prática, este exercício tão importante. Isso vale para qualquer nível de ensino no qual o professor de Filosofia atua ou irá atuar. Temos que debater, sem medo, sobre o que, o porquê, o para que e o como ensinar Filosofia ou provocar bons exercícios do filosofar.

Patrícia e Guilherme: Você tem se dedicado a pensar o Ensino de Filosofia e já usou como fundamentação teórica John Dewey, Matthew Lipman, Edgar Morin, entre outros. Quais as especificidades desses autores no diálogo com a área? Por outro lado: será que é possível refletir sobre ensino de Filosofia a partir de todo e qualquer filósofo ou corrente filosófica.

Marcos: Na busca de argumentos para justificar a afirmação relativa ao bom papel formativo da Filosofia e, portanto, de seu ensino, além de ter meus próprios argumentos (eu exponho alguns no meu livro já citado e em alguns artigos), eu busco “argumentos de autoridade” em autores consagrados por certas tendências teóricas. Não os busco pela “autoridade” a eles concedida (a autoridade é, na maior parte das vezes, concedida; em outras é conquistada por méritos). Busco pela consistência que vejo nas afirmações e argumentos que apresentam. Dewey não traz muitos elementos para este campo, ainda que traga muitos e bons elementos para outros – como reforçar a ideia de comunidade de investigação (para a ciência), tão cara a Lipman que a indica como metodologia para aulas de Filosofia.

Lipman me convence a respeito da necessidade de iniciar crianças e jovens no exercício do filosofar. Por exemplo, quando ele diz que as crianças têm nos pais (ele poderia dizer, também em muitos professores) exemplos de aceitação passiva da ordem social que aí está, carregada com justificativas não examinadas criticamente por eles (inclusive as filosóficas). Estes adultos são exemplos, para as crianças, deste comportamento de aceitação passiva. Se, diz ele, nas escolas, as crianças fossem iniciadas no exame crítico da ordem social que aí está e das justificativas apresentadas para sua existência, talvez, diz ainda, elas, quando adultas, não serão este triste exemplo de aceitação passiva para seus filhos ou para seus alunos. Lembrando-me disso, quero dizer algo sobre o movimento partidário denominado de "escola sem partido". Vale pensar e debater porque razões este movimento surge. Será que muitos professores já estão fazendo exercícios de filosofar que promovem a não aceitação passiva do que aí está, a ponto de preocupar tanto assim, os donos do que aí sempre esteve?

Com relação a Edgar Morin é a mesma coisa. Por circunstâncias da vida acadêmica, me deparei com as obras deste pensador, em muitos aspectos nada convencional. Suas posições e argumentos a favor da cultura humanística e, dentro dela, do exercício do filosofar no âmbito da educação, julguei-as muito pertinentes e interessantes. Julgo interessante que sejam conhecidas e debatidas. Assim como as posições de filósofos como Kant, Hegel e outros. Tenho trazido para minhas reflexões algumas das posições que vou colhendo em minhas leituras. Por exemplo, quase por acaso, encontrei uma passagem de Karl Jaspers na qual ele diz da importância de se prestar atenção nas perguntas filosóficas das crianças. Por que não?

Patrícia e Guilherme: Para finalizar, há um aspecto imprescindível de seu currículo que não cabe em Lattes algum: além de ser um exímio professor - capaz de ilustrar, sem perder o rigor filosófico, um tema extremamente complexo da Filosofia a partir de um episódio da novela das nove -, você sempre agiu de modo que a formação em Filosofia não se distanciasse da formação humana. E, à medida do impossível, sempre procurou encaminhar seus discentes para a vida profissional, indicando oportunidades de emprego,

concursos, processos seletivos, cursos de pós-graduação. Essa postura se relaciona com a concepção que você tem de Filosofia e/ou é herança da cordialidade mineira?

Marcos: Cuidado! Nem todo mineiro é cordial. E nem todo cordial é mineiro. Patrícia Velasco é mestra e doutora em Lógica e pode nos ajudar na análise destas afirmações. Cordialidade é palavra bonita que carrega o “*cordis*”, genitivo de *cor*. Em latim, *cor* é coração e *cordis* significa “do coração”. Lembrei-me disso agora para dizer que nossa profissão deve ser um conjunto enorme de coisas feitas “de coração”, ou seja, com muita boa vontade de ajudar crianças e jovens a se desenvolverem humanamente bem (e isso merece longas reflexões filosóficas para nos ajudar a entender cada vez melhor o que é humanamente bom para todos). Nós, ao nos dispormos a sermos educadores, dispomo-nos a oferecer às novas gerações não apenas nossos saberes, mas também pistas de caminhos que já trilhamos e que sabemos terem sido trilhados por outros. As indicações destas pistas possíveis devem se casar com certas possibilidades que julgamos ver em nossos alunos, por exemplo, ou em nossos filhos. Por que não as oferecer? Por que não as dispor, “de coração”, para que eles se sirvam delas se assim o desejarem?

Com relação ao “não perder o rigor” do tratamento com os, ou dos conteúdos e, ao mesmo tempo, oferecer caminhos didáticos que “facilitem” a compreensão dos mesmos por parte dos alunos, é algo que sempre me preocupa. Não sei se tenho conseguido este frágil equilíbrio. Até porque a pura facilitação não gera o bom desenvolvimento da capacidade de enfrentar os sérios desafios de compreensão de certos conteúdos. Alguma facilitação (prefiro dizer certa ajuda inicial) pode ser necessária, mas o esforço, quase sempre penoso da produção dos entendimentos que levam à compreensão, é tarefa de cada aluno, assim como foi nossa. E nunca será completada, ao longo da vida. Mas, por que não tentar ajudar com certas facilitações iniciais e tentar não perder o rigor nem da informação e nem da compreensão?

Agradeço pela menção a “exímio professor”, mas a julgo exagerada.

Tomo-a com cordialidade de ex-alunas e ex-alunos que, por sua generosidade, se tornaram boas amigas e bons amigos.